

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

TERCEIRIZAÇÃO E A MISTIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE NA UFRGS: A LUTA DOS
TRABALHADORES DE LIMPEZA E SUAS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO

Fernando Nichterwitz Scherer (UFRGS) - fernandonscherer@msn.com.br

Mestrando no programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS, na linha de Estudos Organizacionais

Rodrigo Prado da Costa (UFRGS) - costa.rodrigoprado@gmail.com

Mestrando no programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS, na linha de Estudos Organizacionais

O presente trabalho toma como objeto de estudo a luta dos trabalhadores terceirizados de limpeza interna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que se deu ao final de 2016. Parte do pressuposto de que a luta por uma educação superior pública, gratuita e de qualidade passa, necessariamente, pela luta dos trabalhadores terceirizados por melhores condições de vida e de trabalho nas universidades. Compreendendo que ao mesmo tempo em que organiza o trabalho, o capital busca meios de desorganizar a classe trabalhadora (MARX, 2013), a presença e a expansão do trabalho terceirizado na UFRGS é uma estratégia para a desarticulação dos trabalhadores da universidade. Nesse sentido, a articulação e a luta dos trabalhadores terceirizados é, em si, duplamente negativa. Trata-se da negação da negação das relações de classe na UFRGS. O cotidiano de lutas dos trabalhadores da Multiágil escancarou a situação ambígua que resulta da mistificação das relações de classe na universidade. A luta desses trabalhadores - e a aproximação entre terceirizados, técnicos, professores e alunos que daí resulta – revela possibilidades que vão de encontro ao atual processo de desmanche das universidades públicas.

O final do ano de 2016 foi marcado por um movimento nacional de ocupações de instituições de ensino, em contraposição às medidas que vinham sendo adotadas pelo Governo Temer. Em especial, à chamada PEC do fim do mundo, que propunha o congelamento de gastos públicos por 20 anos e foi aprovada como EC 95/2016 (BRASIL, 2016a); e à proposta de reforma do ensino médio com a Medida Provisória 746, que propunha a restrição da oferta de disciplinas como filosofia e sociologia (BRASIL, 2016b). As primeiras ocupações foram realizadas por estudantes secundaristas. Logo, o movimento se ampliou para as universidades e institutos federais em quase todos os estados do País.

“Na UFRGS, as ocupações começaram no dia 26 de outubro, quando o Instituto de Letras foi ocupado após uma assembleia com cerca de 300 alunos presentes” (MORTARI, 2017, p. 32). Nas semanas seguintes, estudantes de outras unidades da UFRGS seguiram o mesmo caminho, resultando em mais de 40 Unidades de Ensino tomadas por estudantes (MORTARI, 2017). “Provocados pelo exemplo da mobilização estudantil, técnicos e docentes da maioria das instituições federais de ensino superior deflagraram suas greves”. Na UFRGS, a greve dos técnicos durou 44 dias, e a dos docentes 21 dias (MORTARI e MISOCZKY, 2018, p. 2).

Durante as ocupações e a greve dos técnicos e docentes, as atividades dessas Unidades de Ensino foram afetadas. A rotina de inúmeros trabalhadores da UFRGS foi interrompida, o que possibilitou uma maior aproximação entre técnicos, alunos, docentes e trabalhadores terceirizados. A partir dessa aproximação ficaram ainda mais evidentes as frágeis condições de

trabalho em que se encontram os trabalhadores terceirizados na universidade. O clima de embate e a inevitável aproximação das pautas aprofundaram a articulação entre aqueles que fazem a universidade acontecer.

Em dezembro de 2016, diante do atraso de salários e benefícios - que culminou com o não pagamento do décimo terceiro salário e outros benefícios de grande parte dos funcionários terceirizados de limpeza interna vinculados formalmente à empresa Multiágil -, os trabalhadores “fizeram um movimento de expor o caos que estava instaurado dentro dos muros da universidade justamente quando estudantes desocupavam seus cursos e professoras/es e técnicas/os administrativos em educação voltavam de greve” (ZIMMERMANN, 2017, p. 57). Diante da total ausência de apoio na luta por parte do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e de Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul (SEAAC-RS), os trabalhadores mobilizaram-se em um protesto que durou três dias.

O Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) (ASSUFRGS), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), e o movimento de ocupação estudantil prontamente prestaram solidariedade à luta das trabalhadoras terceirizadas. Os alunos do Campus do Vale ocuparam a ‘prefeitura’, como é chamado o prédio em que ficam os setores administrativos das empresas terceirizadas na UFRGS, em apoio ao movimento. Os sindicatos dos técnicos e docentes também se somaram às manifestações, trazendo carros de som e outros equipamentos. Membros da ASSUFRGS e do ANDES-SN organizaram diversas rodas de conversas e exposições para tratar de temas relacionados à luta. O movimento foi apoiado também por outras categorias de trabalhadores terceirizados da UFRGS. A necessidade de uma solução inadiável para a pauta dos trabalhadores de limpeza repercutiu em todos os campi da universidade, e fez parte inclusive das negociações de encerramento da greve¹. “Foram quase três meses de salários e benefícios atrasados e mesmo após término de contrato, muitas trabalhadoras não receberam seus salários e precisaram buscar na judicialização os seus direitos” (ZIMMERMANN, 2017, p. 59).

¹ Em conversa com a professora Elizabete Burigo (Departamento de Matemática, UFRGS), que participou das negociações representando sua categoria, pudemos descobrir um pouco mais sobre como a articulação com os trabalhadores terceirizados se deu naquele momento. A pauta dos trabalhadores terceirizados é historicamente presente tanto no sindicato dos professores da UFRGS (ANDES), quanto no sindicato dos funcionários (ASSUFRGS). Naquele momento, ela foi retomada pelo movimento estudantil. A pauta foi sendo gradualmente suprimida ao longo das negociações e diante dos ataques às lideranças do movimento dos trabalhadores terceirizados.

A articulação foi dura e silenciosamente reprimida através de um ataque ao seu elo mais frágil. Lideranças dos trabalhadores da Multiágil sofreram ameaças e represálias da empresa. Em especial, as demissões foram direcionadas àqueles envolvidos com a criação da Terceirizados Unidos, projeto de uma associação dos trabalhadores terceirizados da UFRGS². As demissões começaram já no dia 27 de dezembro de 2016, inclusive com casos de demissão por justa causa (ASSUFGRS, 2017; ZIMMERMANN, 2017). Até o momento da supressão do contrato com a empresa por parte da universidade, que ocorreu em janeiro de 2017, foram vistas as mais espúrias estratégias por parte da empresa, combatendo com afinco a organização dos trabalhadores terceirizados. A ‘dica’ dada aos funcionários da limpeza é clara desde sempre nesse sentido: evitem contato com os demais setores da universidade³. Porém, há relatos de que, durante aquele período, houve proibição explícita de que os funcionários estabelecessem qualquer forma de diálogo com o restante da universidade, especialmente com alunos. Chegou-se ao ponto de a empresa solicitar para que funcionários não se vinculassem às páginas nas redes sociais dos diretórios acadêmicos da UFRGS, ao ponto de um trabalhador do almoxarifado ter sido demitido por prestar agradecimentos aos alunos pelo apoio na luta de seus colegas (ZIMMERMANN, 2017).

A postura da Multiágil de não medir esforços na desarticulação dos trabalhadores terceirizados na UFRGS não é um fenômeno isolado. Ela corresponde à necessidade mais ampla de mistificação das relações de classe para a manutenção do sistema capitalista. Diversos autores indicam que, com o avanço da terceirização, reforça-se a aparência de uma classe trabalhadora fragmentada (BRESCIANI, 1997), pulverizada (MARCELINO, 2008), cindida em incontáveis categorias (LOURENÇO, 2015). Nesse sentido, a terceirização como prática comum nas universidades, tem de ser compreendida à luz da teoria geral da acumulação capitalista, da dialética dos ciclos de acumulação e da consequente produção e reprodução de uma superpopulação relativa (MARX, 2013).

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração repentina; esta última, por sua vez, provoca uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível, isto é, se o número dos trabalhadores não aumenta independentemente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo que ‘libera’ constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em

²A associação tem um perfil nas redes sociais (www.facebook.com/unidosassociacao1) que não vem sendo atualizada. Conversei com Adriana, uma das fundadoras da associação. Ela relatou que as primeiras demissões foram dirigidas aos principais articuladores da associação. Em seguida, um conjunto de trabalhadores foi realocado para locais afastados do campus.

³O contato com funcionários da Multiágil e da SR Serviços ilustra essa afirmação. Quase todas as conversas foram feitas de forma velada. Os supervisores inspecionaram algumas das conversas, mesmo as realizadas durante o intervalo dos trabalhadores. Zimmermann (2017) também relatou a presença de supervisores nas conversas e que, para driblar o constrangimento, chegou a realizar entrevistas no banheiro.

relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada. (MARX, 2013, p. 708)

O crescimento da produtividade do trabalho é expresso pelo crescimento do volume dos meios de produção em relação à força de trabalho neles incorporada. Trata-se da lei do aumento crescente da parte constante do capital em relação à sua parte variável. A diminuição relativa do componente variável “aparece, inversamente, como um aumento da população trabalhadora” (MARX, 2013, p. 705). Aumento que não é acompanhado pelos meios que o capital possui para ocupar a força de trabalho. Dessa maneira, a acumulação do capital produz de forma constante e “na proporção de sua energia e seu volume uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital” (MARX, 2013, p. 705). Com a acumulação do capital que ela mesma produz, a classe trabalhadora realiza os meios que a tornam relativamente supranumerária.

“A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis” (MARX, 2013, p. 716). E, como produto necessário, a superpopulação relativa “se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (2013, p. 707). Fornece material humano sempre pronto a atender às necessidades de valorização.

A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. (MARX, 2013, p. 720)

Essa tendência geral se realiza e aprofunda, nos dias de hoje, através do desenvolvimento de novas e velhas formas degradantes de trabalho, entre elas, o que se convencionou por trabalho terceirizado em todas as suas variações. Como prática que atua na desarticulação da classe trabalhadora, a terceirização contribui para mascarar e distorcer as relações sociais tipicamente burguesas e, conseqüentemente, dificultar a organização dos trabalhadores. Nesse sentido, tem de ser relacionada a todo um conjunto de práticas, ideias e conceitos que sustentam e reproduzem a mistificação das relações de classe. “Na mistificação, aparência e realidade estão confundidas, inextricavelmente ligadas” (LEFEBVRE, 2014, p. 167). As mistificações tomam a realidade como fundamento ao mesmo tempo em que a distorcem e transpõem. Se transformam em meios de ação. Dessa forma, o que é, em princípio, apenas a aparência de fragmentação dos trabalhadores enquanto classe, se realiza de forma tão

viva e concreta quanto as cores dos diferentes uniformes dos trabalhadores terceirizados da UFRGS. E, no entanto, apesar dessa realização das aparências, o elemento comum que há entre todos os trabalhadores - o fato de que eles são a ‘classe que vive-do-trabalho’ – tem de permanecer presente sob a lógica do capital (MISOCZKY, 2017).

Na medida em que conseguem, em certos períodos, fazer com que as pessoas aceitem certas ilusões, certas aparências, as mistificações “introduzem essas aparências na vida real, fazendo-as eficazes” (LEFEBVRE, 2014, p. 166). Dito de outra forma, os homens produzem e reproduzem essas aparências através de pensamentos, aspirações, palavras e crenças que orientam suas ações cotidianas. Pelo marxismo, a crítica à terceirização é indissociável da crítica ao capitalismo, pois o marxismo requer um engajamento com a superação dos modos de vida da sociedade burguesa (LEFEBVRE, 2014). E, a partir dessa postura, a denúncia da terceirização como ferramenta a serviço do capital que contribui para a exploração da força de trabalho e para a mistificação das relações de classe enseja algo mais. Não basta compreender as dificuldades que o trabalho terceirizado impõe à organização dos trabalhadores, ainda que isso seja fundamental. É preciso perceber o fenômeno por aquilo que nega. “A privação da classe trabalhadora é rica em possibilidades”. Ao mesmo tempo em que é esmagada e oprimida, a classe trabalhadora está em “incessante contato com o real [...] através de sua atividade prática criativa”, seu trabalho (LEFEBVRE, 2014, p. 163).

Nesse sentido, o trabalho concreto e útil dos trabalhadores terceirizados confronta o papel da terceirização na mistificação das relações de classe. Sua realidade cotidiana consiste na própria crítica. E na medida em que a terceirização atua de forma a desorganizar a classe trabalhadora, as possibilidades que vela se podem mostrar de forma mais clara apenas no cotidiano das lutas e da organização dos trabalhadores em regime de trabalho terceirizado. Inversamente, é justamente na vida cotidiana desses trabalhadores que emerge com maior urgência a necessidade de realização dessas possibilidades. Urgência que vem se revelando reiteradamente nos acontecimentos da UFRGS.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é retomar as possibilidades que o cotidiano da articulação dos trabalhadores terceirizados de limpeza da UFRGS revelou em 2016. Cabe ressaltar que o presente trabalho é decorrência dos estudos realizados para o projeto de dissertação de mestrado de um dos autores e está em andamento. Até o momento, foram realizadas entrevistas com antigos trabalhadores da Multiágil e com trabalhadores vinculados à atual empresa de limpeza interna contratada pela UFRGS, a SR Serviços. Além disso, a pesquisa reúne dados secundários que ajudam a esclarecer a real dimensão do trabalho

terceirizado na UFRGS, uma vez que as informações fornecidas pelos meios institucionais da universidade estão muito aquém do que seria satisfatório.

As lutas ocorridas em 2016 revelaram a fragilidade dos mecanismos que sustentam uma aparência de fragmentação de classe na UFRGS. As ocupações e a greve interromperam com a rotina da universidade, com a mecanicidade que aprisiona todos em seus respectivos papéis. Assim, como disse Adriana, uma das líderes do movimento dos trabalhadores da Multiágil de 2016, os terceirizados, que sempre estiveram presentes, passaram a ser vistos e ouvidos. A articulação dos trabalhadores rompeu com a aparência de ausência na presença, revelando o óbvio: os trabalhadores terceirizados vinculados às diversas empresas com contrato com a universidade são, em realidade, trabalhadores da UFRGS. E, ainda assim, a universidade segue com suas atividades de ensino e pesquisa às custas do sofrimento, da fome e da exclusão desses trabalhadores que, sistematicamente, enfrentam problemas para a realização de direitos que lhes deviam estar garantidos.

Não consideramos que seja um acaso a forte repressão ao movimento dos trabalhadores da Multiágil. As demissões, ameaças e a proibição de contato com outros setores da universidade surgem quando as aparências que sustentam e legitimam o status quo das relações sociais na universidade vêm à tona como tal. O capital ataca com força justamente quando são reveladas as suas fraquezas. O que as lutas ao final do ano de 2016 indicam, antes de mais nada, é a possibilidade de uma universidade pública engajada aos problemas sociais que lhe embebem.

Referências:

ASSUFRGS. Associação Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. **Terceirizados da Multiágil na UFRGS correm o risco de não receber rescisão**. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2017/02/17/terceirizados-da-multiagil-na-ufrgs-correm-risco-de-nao-receber-valor-da-rescisao/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL, 2016a. Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 dez. 2016.

BRASIL, 2016b. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 set. 2016.

BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **São Paulo em Perspectiva**, n. 11, v. 1, 1997.

LEFEBVRE, H. **Critique of Everyday Life: the one volume edition**. London: Verso, 2014.

LOURENÇO, E. A. S. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serv. Soc. Soc.**, n. 123, p. 447-475. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0447.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MARCELINO, P. R. P. Terceirização do trabalho no Brasil e na França. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2., 2006b, Londrina. Anais...: Londrina, GEPAL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/paulareginapereiramcelino.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MISOCZKY, M. C. Teorización organizacional: de las mutaciones funcionales a las posibilidades de uma crítica ontológica. In: **Tratado de Estudios Organizacionales**, Medellín, v. 1, 2017.

MORTARI, A. D. A construção cotidiana da greve na UFRGS: o movimento contra as reformas no final de 2016. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178339>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

MORTARI, A. D.; MISOCZKY, M. C. A construção cotidiana de greves em uma universidade brasileira. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 31, 2017, Montevideo.

ZIMMERMANN, A. **A precarização tem gênero e raça: um estudo sobre a terceirização na UFRGS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.